

PARCERIA MAIS FORTE

JUNTOS
PARA **ALIMENTAR** A BAHIA



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL



A ação Parceria Mais Forte, Juntos para Alimentar a Bahia é uma estratégia da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado da Bahia (SDR), que objetiva a produção de 1,31 milhão de toneladas de alimentos em 130 mil Unidades de Produção Familiar (UPF).

Para a execução dessa ação, foram priorizados 16 sistemas produtivos estratégicos, nos 27 territórios de Identidade da Bahia, entre eles, Piscicultura, Bovinocultura de Leite, Avicultura Familiar, Fruticultura, Apicultura, Mandiocultura e Caprino-ovinocultura.

Para fortalecer esses sistemas produtivos e atingir os resultados esperados, está sendo adotado um conjunto de outras ações, como Planejamento da Produção; Prestação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) qualificada; Regularização Fundiária e Ambiental; Aquisição e Distribuição de Insumos Produtivos; Viabilização do Acesso ao Crédito Rural; e Agroindustrialização da Produção.

Mas a SDR não está sozinha nessa grande empreitada. A ideia central é a de parceria, como o próprio nome diz. Dessa forma, a ação conta com outras instituições do Governo do Estado, associações e cooperativas da agricultura familiar, organizações prestadoras de serviços de Ater, instituições financeiras, Prefeituras Municipais e Consórcios Públicos, entre outros.

**PARCERIA
MAIS FORTE**
JUNTOS PARA ALIMENTAR A BAHIA



1,31 milhão de toneladas de alimentos
130 mil Unidades de Produção Familiar (UPF)
2021/2022

16 Sistemas Produtivos priorizados nos 27 Territórios de Identidade da Bahia

01. Irecê
02. Velho Chico
03. Chapada Diamantina
04. Sisal
05. Litoral Sul
06. Baixo Sul
07. Extremo Sul
08. Itapetinga
09. Vale do Jiquiriçá
10. Sertão do São Francisco
11. Oeste Baiano
12. Bacia do Paramirim
13. Sertão Produtivo
14. Piemonte do Paraguaçu
15. Bacia do Jacuípe
16. Piemonte da Diamantina
17. Semiárido Nordeste II
18. Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte
19. Portal do Sertão
20. Vitória da Conquista
21. Recôncavo
22. Médio Rio das Contas
23. Bacia do Rio Corrente
24. Itaparica (BA/PE)
25. Piemonte Norte do Itapicuru
26. Metropolitana de Salvador
27. Costa do Descobrimento

 Piscicultura Avicultura Familiar Citricultura Bovinocultura de leite Fruticultura Biodiversidade Cajucultura Ovinocaprinocultura Mandiocultura Cafeicultura Apicultura Sisal Cacaucultura Feijão Milho

Constituição de Grupos Produtivos Locais (GPL) e Grupos Produtivos Territoriais (GPT)



1 GPL - Grupo Produtivo Local

Grupo de até 40 Agricultores Familiares que têm em comum um dos 16 Sistemas produtivos priorizados como atividade econômica mais relevante nas suas propriedades rurais.

Um município pode ter vários GPLs, de um ou mais Sistemas Produtivos, desde que o/s Sistema/s Produtivo/s tenha/m sido priorizado/s no Território.



1 GPT - Grupo Produtivo Territorial

Agricultores Familiares de todos os GPLs de um mesmo Sistema Produtivo de 01 Território.

Um Território pode ter vários GPTs, tantos quantos forem os GPLs definidos nos municípios que o compõe.



Exemplo: Território X

Município A	Município B	Município C	
<p>GPL – Apicultura 1 GPL – Apicultura 2</p>	<p>GPL – Apicultura 1</p>	<p>GPL – Apicultura 1</p>	<p>....> 1 GPT Apicultura formado por 4 GPLs</p>
<p>GPL – Bovinocultura leite 1 GPL – Bovinocultura leite 2 GPL – Bovinocultura leite 3</p>	<p>GPL – Bovinocultura leite 1 GPL – Bovinocultura leite 2 GPL – Bovinocultura leite 3 GPL – Bovinocultura leite 4</p>	<p>GPL – Bovinocultura leite 1 GPL – Bovinocultura leite 2</p>	<p>....> 1 GPT Bovinocultura leite formado por 9 GPLs</p>
<p>GPL - Mandioca 1 GPL - Mandioca 2</p>	<p>GPL - Mandioca 1</p>	<p>GPL - Mandioca 1</p>	<p>....> 1 GPT Mandioca formado por 4 GPLs</p>

Território x = 3 GPTs (Apicultura, Bovino de leite e Mandioca) composto por 17 GPLs

Enquanto nos GPLs ocorrerão as ações de atendimento direto aos agricultores familiares, com a dinamização da base produtiva e assistência técnica, nos GPTs serão realizados, principalmente, a capacitação dos técnicos e o planejamento das ações em comum da agroindustrialização e comercialização da produção.



Os GPLs serão definidos e inscritos pelas instituições locais de ATER e integrarão os Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PMDS)

Quais Instituições podem definir/inscrever um GPL?

- Prefeitura Municipal/Consórcio Público
- Organização Não Governamental (ONG)
- Cooperativa/Associação
- Bahiater
- SENAR/FAEB

Pré-requisitos:

- Estar cadastrada no CEDRS (SIATER)
- Possuir pelo menos 1 técnico da área de ciências agrárias disponível para prestar serviços de ATER, de forma estável e regular, por pelo menos 2 anos, para o GPL
- Cada técnico só poderá atender no máximo 4 GPLs (aproximadamente 120 famílias)

O que é preciso fazer?

- Mapear os GPLs dos municípios e todas as Instituições de ATER que atuam localmente
- Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS)
- Constituir a Rede Municipal de ATER

Pré-requisitos:

- Ter o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) ativo e homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)
- Ter o PMDRS validado pelo CMDS

Quais são os GPLs preexistentes?

- Agricultores Familiares de associações, cooperativas e colônias de pescadores atendidas pelo Projeto Bahia Produtiva (PBP)
- Agricultores Familiares integrantes dos Territórios Rurais do Projeto Pró-Semiárido (PSA)
- Grupos do Pro-Senar

Pré-requisitos:

- Identificar os GPLs no PBP pelo Edital que foi selecionado
- Identificar os GPLs no PSA pelo Grupo de Interesse predominante
- Verificar a listagem dos grupos do Pro-Senar/FAEB.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) deverá ser formulado seguindo as características mínimas estabelecidas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) nas páginas de 8 a 14 adiante descritas.

Oferta articulada de ações integradas nos 7 elos dos Sistemas Produtivos dos GPLs

1 - Planejamento da Produção



- Definição de Grupos Produtivos Locais (GPLs) a partir da predominância e vocação
- Diagnóstico da situação atual das lavouras e criatórios
- Prospecção da produtividade e renda das famílias
- Análise do cenário futuro de impacto na economia municipal e territorial
- Possibilidade de rastreabilidade da produção

2 - ATER



- Formação e apoio às Redes Municipais e Territoriais de ATER
- Definição dos manejos dos Sistemas Produtivos para alcançar melhor produtividade
- Implantação de propriedades de referência com as boas práticas de produção
- Formação qualificada e permanente de técnicos e agricultores
- Intercâmbios e pesquisa - ação para o desenvolvimento de novas tecnologias

3 - Regularização Fundiária e Ambiental



- Titulação das terras de todas as famílias
- Cadastramento e regularização ambiental das propriedades (CAR/CEFIR)
- Regularização das Comunidades Quilombolas, Fundos e Fechos de Pastos
- Apoio à regularização dos Assentamentos de Reforma Agrária
- Discriminatória de áreas urbanas e Corredores de Vento

Para cada ação (ou oferta de política pública), a SDR estabelecerá um órgão assegurado, metas, orçamento, forma de acesso e cronograma de execução

Oferta articulada de ações integradas nos 7 elos dos Sistemas Produtivos

4 - Insumos Produtivos



- Novos Editais específicos para fomentar a produção dos GPLs
- Entrega de mudas frutíferas e de palma para ampliar e qualificar a produção das lavouras e dos criatórios
- Distribuição de kits produtivos direcionados a cada Sistema Produtivo
- Coparticipação em projetos de fomento produtivo dos Consórcios Públicos e Prefeituras Municipais

5 - Crédito Rural



- Instalação da Rede Estadual emissora de DAP/CAF
- Planejamento e monitoramento municipal e territorial do PRONAF em conjunto com os Bancos
- Elaboração e divulgação dos Sistemas de Produção para cada atividade agropecuária com orçamento para custeio e investimento
- Promover a ampliação do zoneamento agrícola das principais culturas

6 - Agroindustria- lização



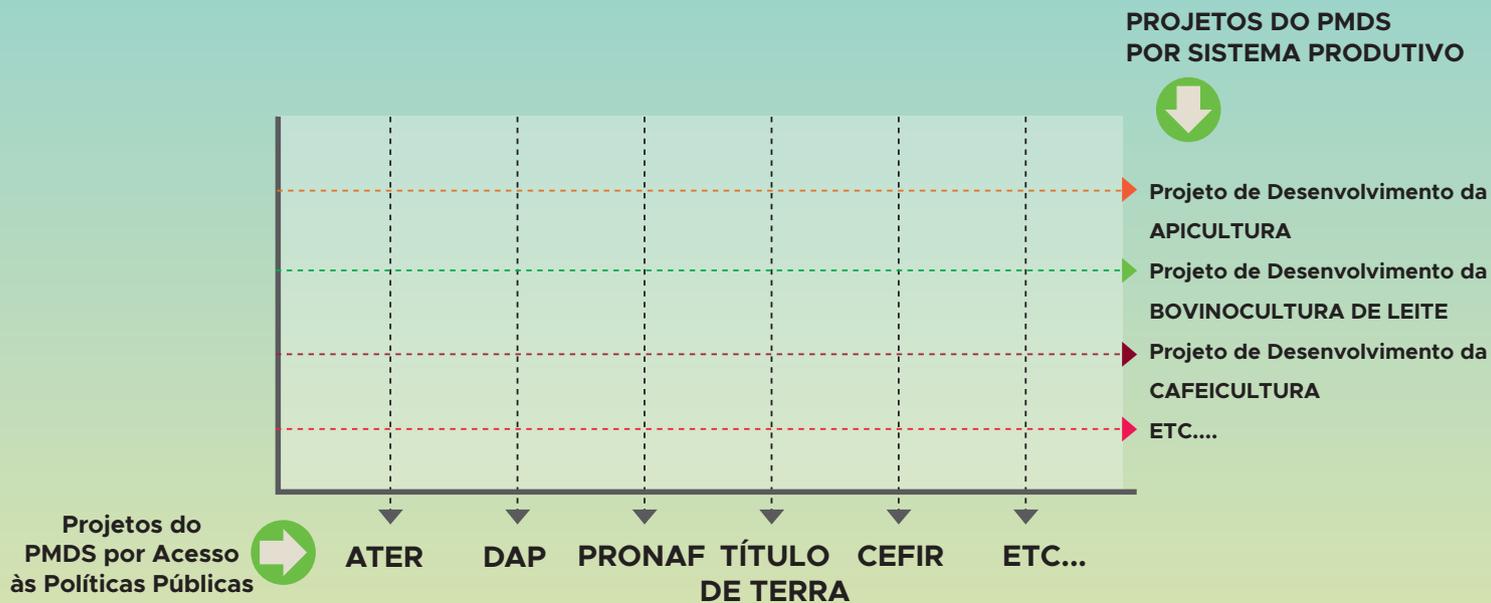
- Vinculação dos integrantes dos GPLs às agroindústrias das Cooperativas e Associações funcionando ou a funcionar
- Apoio à implantação e expansão dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), por meio dos Consórcios Públicos
- Identificação dos "vazios" agroindustriais para requalificar e/ou implantar estruturas de beneficiamento da produção
- Estímulo à Assistência Técnica em Gestão (ATEG) para profissionalização dos empreendimentos agroindustriais

7 - Comercialização

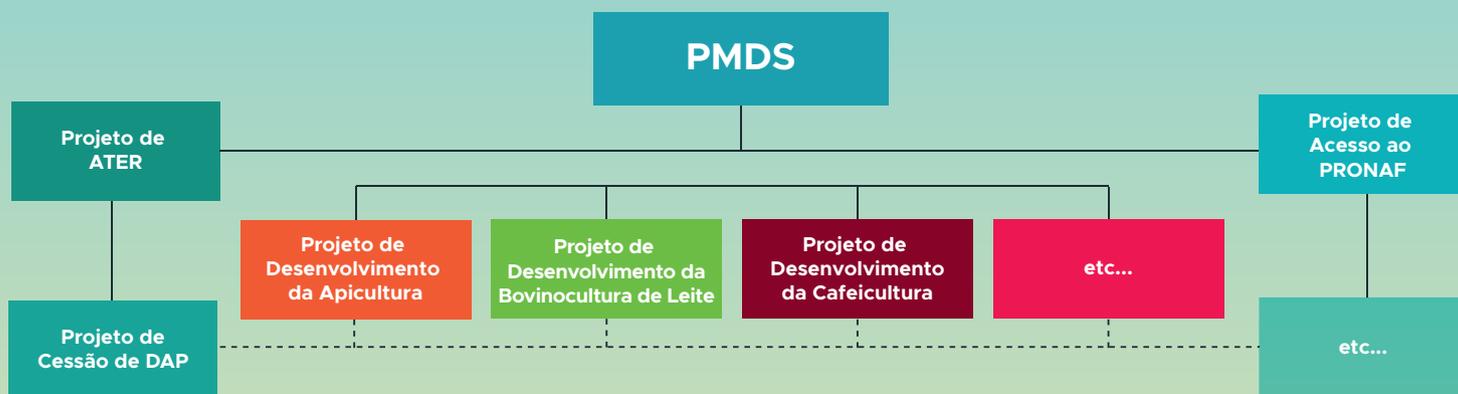


- Apoio ao funcionamento dos circuitos curtos (Feiras) médios (Regionais) e longos (Estadual/Nacional/Internacional) de comercialização
- Implantação de Suporte Técnico Operacional ao PAA e ao PNAE
- Expansão da linha de capital de giro (COOPERGIRO) para estimular a comercialização dos empreendimentos
- Ampliação dos produtos com o Selo de Identificação da Agricultura Familiar (SIPAF) para obtenção de benefício tributário do ICMS presumido

Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) estruturado por Projetos dos Sistemas Produtivos e Projetos de Acesso às Políticas Públicas

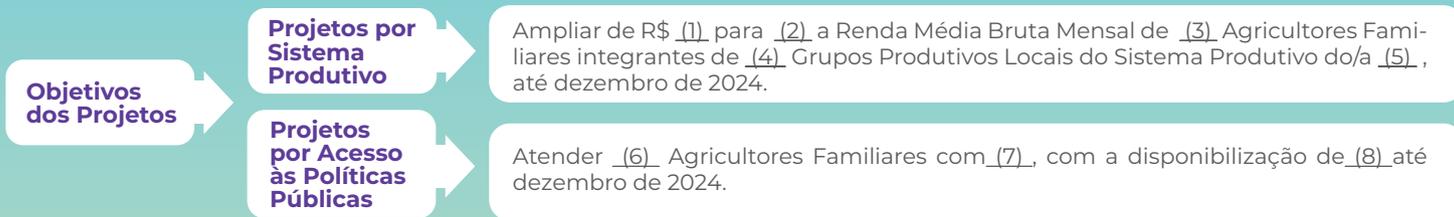


Organograma ilustrativo de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS)



Assim, os Projetos de Acesso às Políticas Públicas podem se inserir em 1 ou mais Projetos de Desenvolvimento dos Sistemas Produtivos, sendo o de ATER o único obrigatório e indispensável.

Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) estruturado por Sistemas Produtivos e Acesso às Políticas Públicas



Como mensurar esses indicadores e resultados:

(1): Valor Bruto de Produção (VBP) de um Sistema Produtivo dividido pelo número total de Agricultores Familiares nessa atividade no município. Outra forma de estimar a Renda Bruta atual é pela caracterização média dos Agricultores, ou seja, a partir da área média cultivada e/ou tamanho médio do rebanho, calcula-se a produção e a renda na condição atual de produtividade.

(2): Usar a tabela RISP-BA, ou definir outros indicadores para o município, a partir de casos exitosos de produção e produtividade com a lavoura ou criatório do Sistema Produtivo.

(3): Número de Agricultores Familiares que fazem parte de todos os Grupos Produtivos de um Sistema Produtivo.

(4): Número de Grupos Produtivos locais do município de um Sistema Produtivo.

(5): Sistema Produtivo do Projeto que está sendo planejado (1 Projeto para cada Sistema Produtivo).

(6): Número de Agricultores do município que se pretende alcançar com a Política Pública.

(7): Política Pública (exemplo: acesso a DAP/CAF, PRONAF, Títulos de Terra, CEFIR, etc.)

(8): Número de atendimentos a serem realizados com a respectiva Política Pública.

O PMDS e cada Projeto devem conter objetivo com resultados mensuráveis até 2024

OBJETIVO GERAL DO PMDS

Ampliar a Renda Média Bruta Anual (RMBA) dos Agricultores Familiares do Município de _____ em (X%) até dezembro de 2024, com a consequente expansão do Valor Bruto de Produção Agropecuária Anual (VBPA) em (Y)% e da participação em (Z)% das atividades rurais na economia local.

Como mensurar esses resultados:

Para saber o Valor Bruto de Produção Anual (VBPA), entrar no Sistema de Informações Rurais (SIR) em www.sdr.ba.gov.br/sir e com base nas informações da produção total das lavouras e criatórios do município do ano de 2020, somando todas, encontra-se o valor da produção informada pelo IBGE na PAM (Produção Agrícola Municipal) e PPM (Produção Pecuária Municipal).

De acordo com os tipos de GPL selecionados para o município, estimar a situação otimizada da produção de acordo com a tabela do RISP-BA (Referência dos Indicadores dos Sistemas Produtivos da Bahia) adiante transcrita na página 14. Considerar os valores dos produtos a preço fixo (sem variação inflacionária). Para achar o percentual de variação do VBP, ou seja “X”, dividir o valor encontrado atual, pelo valor encontrado que foi otimizado usando a tabela do RISP-BA.

Para encontrar o valor de “Y”, primeiro divide o VBP atual encontrado pelo número de Agricultores Familiares do município, também disponível no SIR. Segundo, divide o VBP otimizado pelo número de Agricultores Familiares. Depois, basta dividir o primeiro valor pelo segundo e encontrar o índice.

Para encontrar o valor de “Z”, primeiro você pesquisa o Valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do ano de 2020, disponível em www.portaldatransparencia.gov.br; segundo, pesquisa o valor total de pagamento de aposentadorias do INSS no mesmo ano, disponível no mesmo site; terceiro, soma esses valores encontrados com o VBP do mesmo ano de 2020; quarto, divide o VBP pela soma encontrada (FPM + INSS + VBP) e aí você tem o peso atual do VBP sobre os 3 indicadores juntos; quinto, considere o mesmo valor do FPM e das aposentadorias para 2024 e some com o VBP projetado, calculado pela tabela do RISP-BA; sexto, divide esse novo valor pelo VBP projetado pelo RISP-BA; por último, divide o número encontrado no “quarto” item acima, pelo encontrado no “sexto” e aí se acha o índice “Z”, ou seja, o percentual de crescimento da produção agropecuária sobre os principais recursos que circulam no município.

Saber a situação atual é fundamental para monitorar e avaliar o PMDS e os Projetos

As informações a serem sistematizadas serão aquelas mínimas para acompanhar a evolução e corrigir os rumos dos Projetos e do Plano. Nada de investir muito tempo com dados complexos e que serão pouco utilizados.

Levantamento 01:

Qual a situação atual do acesso aos Agricultores Familiares dos GPLs às principais políticas públicas?

O Formulário a ser preenchido é muito simples e basta anotar o nome do Agricultor e quais as políticas públicas que ele foi beneficiado até a data da coleta da informação e depois inserir no sistema eletrônico da SDR.

LEVANTAMENTO DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS AGRICULTORES DOS GPLs

Município:	CPF	GPL:			No GPL:			Data: ___/___/___		
Nome do Agricultor Familiar		DAP/CPF	PRONAF	OUTROS	TÍTULO DE TERRA	CEFIR/CAR	PAA	PNAE	GARANTIA-SAFRA	ETC.

Assim, a situação inicial, ou Marco Zero, do PMDS, indicará qual a incidência dessas políticas públicas em cada GPL e, pela soma, nos Agricultores de todos os GPLs do município.

Levantamento 02:

Qual a situação do acesso dos Agricultores Familiares dos GPLs aos principais investimentos no fortalecimento dos Sistemas Produtivos?

Neste caso, o formulário a ser preenchido variará de acordo com cada Sistema Produtivo: se for, por exemplo, para o GPL da Bovinocultura de Leite, os itens a serem analisados são “mudas de palma”, “forrageira com reboque” e “tanque de resfriamento”. Para cada um dos 16 Sistemas Produtivos, a SDR apresentará uma lista com esses investimentos, para apuração do que foi ou não acessado pelos Agricultores locais, e, dessa forma, será estabelecido o “déficit” de atendimento. Assim, será conhecida a demanda atual para fazer parte dos Projetos por Sistema Produtivo e do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Tais informações também deverão ser registradas no Sistema da SDR.

LEVANTAMENTO DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS AGRICULTORES DOS GPLs

Município:	GPL:		No GPL:		Data: ___/___/___
Nome do Agricultor Familiar	MUDAS DE PALMA	FORRAGEIRA COM REBOQUE	RESFRIADOR DE LEITE	ETC	

Assim, a situação inicial, ou Marco Zero, do PMDS, indicará qual a incidência dessas políticas públicas em cada GPL e, pela soma, nos Agricultores de todos os GPLs.

Referências de Indicadores dos Sistemas Produtivos da Bahia (RISP-BA)

Sistema Produtivo	Meta Mínima Base Produtiva		Produtividade		Resultado da Unidade Produção Familiar				Custo de Produção em R\$	Resultado /mês	Agregação de Valor em %
	Item	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	Unidade	Preço em R\$	Renda Bruta			
Avicultura Familiar - corte	300	Cab	3	ciclos/ano	900	Cab	30,00	27.000,00	6.000,00	1.750,00	20
Avicultura Familiar - ovos	200	Cab	220	ovos/ano	3667	Duz	7,00	25.666,67	6.600,00	1.588,89	30
Caprino-ovinocultura - corte	50	Matrizes	1,5	cab/ano	75	Cab	200,00	15.000,00	1.500,00	1.125,00	10
Caprino-ovinocultura - leite	30	Cabras ord	2	lit/cab/dia	14400	Lit	1,70	24.480,00	3.000,00	1.790,00	20
Bovinocultura - leite	8	Vacas ord.	8	lit/cab/dia	15360	Lit	1,40	21.504,00	3.600,00	1.492,00	15
Apicultura	100	Colmeias	25	Kg/cx/ano	2500	Kg	8,00	20.000,00	2.400,00	1.466,67	30
Piscicultura - tanque-rede	10	Tanques	1000	kg/tan/ano	10000	Kg	10,00	100.000,00	36.000,00	5.333,33	20
Fruticultura - cacau cabruca	3	Hectares	40	arr/ha/ano	120	@	180,00	21.600,00	3.200,00	1.533,33	20
Fruticultura - acerola	1	Hectare	40	ton/ha/ano	40.000	Kg	3,00	120.000,00	35.000,00	7.083,33	20
Fruticultura - morango	0,5	Hectare	10	ton/ha/ano	5000	Kg	25,00	125.000,00	40.000,00	7.083,33	10
Cafecultura	3	Hectares	35	sc/ha/ano	105	Sc	350,00	36.750,00	11.400,00	2.112,50	15
Citricultura	5	Hectares	20	ton/ha/ano	100	Ton	700,00	70.000,00	21.000,00	4.083,33	10
Mandioca	2	Hectares	20	ton/ha/ano	40	Ton	250,00	10.000,00	2.000,00	666,67	100
Cajucultura	100	pes	1800	kg/100 pes	1800	Kg	6,00	10.800,00	1.200,00	800,00	50

Rui Costa
Governador

João Leão
Vice-Governador

Josias Gomes
Secretário de Desenvolvimento Rural - SDR

Jeandro Ribeiro
Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

Wilson Dias
Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR

Ioná Queiroz
Diretora-Geral da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR

José Augusto Tosato
Coordenador Executivo de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica - CEPEX

Vinícios Videira
Superintendente de Agricultura Familiar - SUAF

Yulo Oiticica Pereira
Superintendente de Políticas Territoriais e Reforma Agrária – SUTRAG

Camilla Lima Batista
Coordenadora de Desenvolvimento Agrário - CDA

Célia Watanabe
Superintendente Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHATER

PARCERIA MAIS FORTE

JUNTOS
PARA **ALIMENTAR** A BAHIA



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

Av Luiz Vianna Filho, Conjunto Seplan, CAB
CEP.: 41745-000 - Salvador - Bahia | (71) 3115-6700

www.sdr.ba.gov.br

acesse:      @sdrbahia